

A urgência de se negociar a dívida, após as eleições

Os resultados das últimas eleições não deixam margem a dúvida quanto ao apoio da população às diretrizes da atual política econômica, sobretudo no que se refere à promoção do crescimento com distribuição de renda. Desse ponto de vista, é também inegável que o pleito serviu para legitimar, digamos oficialmente, o governo do presidente José Sarney, cuja popularidade desde a edição do Plano Cruzado atingiu níveis jamais alcançados por outro primeiro mandatário neste país, segundo pesquisas realizadas por institutos particulares.

Paradoxalmente, contudo, admite-se que o resultado das urnas pode ter reduzido a margem de manobra do governo no campo econômico, agora que se estudam diversos ajustamentos no Plano Cruzado. O maciço apoio popular à política de crescimento recomenda, por exemplo, cautela na adoção de medidas de contenção da demanda agregada. Estas, se o governo respeitar a vontade expressa nos votos que recebeu, de-

verão ser tomadas apenas com o sentido de diminuir as pressões inflacionárias do momento e viabilizar a retomada dos investimentos, sem que impliquem uma desaceleração recessiva das atividades econômicas.

Trata-se, portanto, como em qualquer conjuntura econômica, de administrar a escassez de recursos em face dos objetivos de manutenção do desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, dado o crescimento da importação de alimentos, de máquinas e de bens intermediários de produção, torna-se crucial o equacionamento da questão externa, pelo menos enquanto a economia não atinge um novo patamar produtivo, capaz de atender ao consumo interno e às necessidades de exportação ditadas pelos compromissos da dívida.

Um tanto quanto negligenciadas na fase inicial do Plano Cruzado, em favor do abastecimento interno, as contas de comércio deterioraram-se nos últimos meses e reduziram significa-

tivamente o volume de reservas cambiais do País. Este é um dado que nos causa desconforto, pois, embora o nível atual das reservas permita pagar mais de cinco meses de importações, é inegável que sua tendência declinante faz o tempo correr contra nós e a favor dos credores. Quanto mais demorada for a próxima negociação plurianual, em busca de melhores condições de pagamento de juros e "spreads", mais o Brasil pode ver diminuído um trunfo essencial, que são suas reservas.

As recentes providências adotadas pelas autoridades governamentais, desvalorizando o cruzado em 1,8% ante o dólar, instituindo um seguro contra riscos cambiais para exportadores e importadores, além de outras medidas, poderão exercer algum efeito no sentido de melhorar as contas externas. O problema, porém, é que essas providências vieram um pouco tarde, quando o comércio já começava a se estocar para as vendas de fim de ano. Dessa forma, devendo-se o

declínio das exportações à explosão do consumo interno, a esta altura as autoridades governamentais já não devem ter muitas esperanças de aumentar as reservas cambiais a curto prazo.

E inegável, contudo, que o apoio popular manifestado à política econômica — e num pleito que registrou um histórico comparecimento de eleitores, a demonstrar o interesse da Nação na consolidação democrática — dá ao governo um respaldo de legitimidade para conduzir com ainda maior firmeza a orientação já traçada para a frente externa, qual seja, a de negociar uma diminuição na remessa de recursos sem admitir a ingerência de organismos internacionais na condução de políticas internas. Sendo a questão externa crucial para a manutenção do crescimento econômico, este é o caminho indicado pelas urnas. E ao governo cumpre tentar segui-lo, porque, agora, se trata de uma aposta em que ele tem a grande maioria da população ao seu lado.